

interpretações da colônia: leitura das contribuições de nelson werneck sodré e alberto passos guimarães*

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Mestre em Desenvolvimento Econômico e História Econômica — Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP)

RESUMO

O presente trabalho discute as interpretações da sociedade colonial, presentes nas obras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães.

Palavras-chave: Nelson Werneck Sodré — Alberto Passos Guimarães — Historiografia — Colônia — Marxismo

ABSTRACT

This paper discusses the interpretations of colonial society presents in Nelson Werneck Sodré's and Alberto Passos Guimarães' works.

Keywords: Nelson Werneck Sodré — Alberto Passos Guimarães — Historiography — Colony — Marxism

Introdução

O presente texto pretende discutir as interpretações da colônia, contidas nas obras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, com o propósito, não de esgotar o tema, mas de sistematizar seus traços essenciais, procurando qualificar determinadas interpretações e críticas. O debate sobre o caráter da sociedade colonial está profundamente vinculado às discussões clássicas sobre os dilemas históricos,

* O presente trabalho foi elaborado a partir das discussões constantes da Dissertação de Mestrado do autor, apresentada ao Programa de História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, IE-UNICAMP, em 2004, com o título "Interpretações da colônia: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista". Registramos as contribuições dos professores Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior, Lígia Osório Silva e Flavio Azevedo Marques de Saes. Submetido: agosto, 2007; aceito: abril, 2008.

postos à sociedade brasileira em momento subsequente. Propõe-se a releitura dessas obras, reconhecendo a importância, mesmo na atualidade, de considerar a herança de prolíficas interpretações do Brasil, forjadas desde os ensaios dos anos trinta, senão antes, que, enfim, buscaram voltar-se, por caminhos diversos, a problemas estruturais subjacentes às ocorrências de superfície. Não discutiremos aqui, entretanto, o sentido político desses debates, já tratado em outro trabalho, a não ser brevemente, na intenção de explicitar seus contornos mais essenciais¹.

A chave que orienta a presente leitura refere-se à necessidade de apreensão da estrutura e da dinâmica do sentido histórico da sociedade colonial. Trata-se, pois, de uma sociedade inscrita como extensão do espaço europeu, nos marcos da expansão política, econômica e cultural do mercantilismo, mas que, simultaneamente, apresenta uma conformação social e econômica particular; um organismo estruturalmente vinculado às teias do mercado mundial, no movimento de expansão europeia, edificado, porém, sobre "relações de produção" específicas. Como chave de leitura, a presente sistematização pretende problematizar a consideração dessa dupla dimensão nas interpretações em tela. Naturalmente, o debate apresenta diversas polarizações que buscam privilegiar, como traço fundamental da estrutura, o nexu mercantil sistêmico ou as "relações de produção" escravistas e senhoriais.

Em grandes linhas, estes autores se dedicaram a desenredar a difícil combinatória entre a forma de inserção na economia internacional das terras colonizadas pelos portugueses na América e os aspectos concretos assumidos pela sociedade que se monta nessa área no período que vai do século XVI ao século XIX, tarefa para a qual era indispensável apurar as causas da adoção da escravidão colonial e suas relações com o desenvolvimento do capitalismo na Europa².

Desse modo, é possível delinear a posição das interpretações da colonização de Werneck Sodré e Alberto Passos nos quadros do debate brasileiro.

¹ VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano, "Interpretações da colônia: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista". Tese de Mestrado, Campinas: IE-UNICAMP, 2004.

² SILVA, Lígia Osório, "Feudalismo, capital mercantil e colonização", in MORAES, João Quartim de e DEL ROIO, Marcos (orgs.), *História do marxismo no Brasil* (4 vols.), vol. IV: *Visões do Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998:18.

leiro e, em particular, do debate situado no terreno do materialismo histórico. Uma leitura crítica das referidas interpretações, que reconheça a sua complexidade e os seus limites, pode contribuir para explicitar os problemas postos às tentativas de apreensão da estrutura e da dinâmica da sociedade colonial. Podem sugerir a necessidade de problematizar a complexa conexão de sentido entre a dimensão mercantil, constitutiva da exploração colonial, com as formas edificadas do espaço colonial, em particular suas "relações de produção" ou formas de propriedade. Identificamos nessas interpretações uma tendência à justaposição de duas dinâmicas distintas, determinadas, de um lado, pelos nexos de exploração mercantil como suporte do processo de acumulação primitiva de capital e, de outro, pelas relações escravistas ou servis, ou formas de propriedade ditas feudais. A centralidade conferida às "relações de produção" ou às "formas de propriedade" na definição e na caracterização do modo de produção conduziu, no movimento de justaposição, às formulações sobre a vigência, na sociedade colonial, de manifestações concretas de modos de produção ditos universais: o modo de produção escravista, o modo de produção feudal e uma variedade de formas híbridas.

No debate marxista, a posição das contribuições de Werneck Sodré e Alberto Passos define-se, quase imediatamente, a partir de um diálogo e de um contraponto com a interpretação de Caio Prado. O *sentido da colonização*, como problema que perpassa o conjunto da obra de Caio Prado, remete à centralidade dos nexos mercantis e, enfim, à profunda extroversão que marca, em todos os seus aspectos, a sociedade colonial. Uma sociedade, em processo de diferenciação, compreendida como extensão dos domínios europeus, como organismo complementar e reflexo em relação ao pólo metropolitano, sem "força própria", cujas estruturas e dinamismos particulares somente poderiam adquirir sentido quando remetidos ao movimento sistêmico da expansão mercantilista e, concretamente, às necessidades de exploração comercial, empreendida pelo capital mercantil. Uma sociedade, cuja vida material não se constitui como infra-estrutura de seu substrato humano, e cujos nexos da vida social, sendo nexos primários, não constituem propriamente uma superestrutura. Enfim, uma sociedade em formação, caracterizada por uma precariedade e uma instabilidade ao nível da vida material e por um nível de anomia social tais que impossibilitam a as-

simulação e a reprodução de um processo propriamente civilizatório. Trata-se da apreensão de uma certa totalidade orgânica que circunscreve o objeto, que escapa à concepção de um modo de produção definido imediatamente a partir de determinadas relações de produção³.

No momento posterior, recompõe-se o debate referido ao materialismo histórico, sobretudo nas contribuições de Fernando Novais e de Jacob Gorender. O debate toma corpo no problema das possibilidades de internalização do excedente e da acumulação. Fernando Novais, na senda das interpretações sistêmicas, inscreve a sociedade colonial nos marcos da transição do feudalismo ao capitalismo, como peça fundamental, não a única, da acumulação primitiva. Com isso, explicitamente retira o sentido da idéia de estruturas especificamente internas ao espaço colonial que não sejam, propriamente, internas ao sistema tomado em seu conjunto - referidas ao movimento de formação do capitalismo. Assim, articulam-se organicamente expansão mercantilista e expansão das monarquias absolutistas, formação do capitalismo e formação dos Estados nacionais e, nesses marcos, todos os processos de acumulação primitiva de capital, entre os quais o sistema colonial. Vale dizer: trata-se de uma acumulação de capital *interna ao sistema*, da apropriação violenta de uma riqueza derivada da exploração colonial, em favor de uma burguesia mercantil⁴.

Jacob Gorender e Ciro Cardoso aprofundam o propósito de conferir centralidade à dimensão das relações internas ao espaço colonial, elaborando uma economia política de um modo de produção especificamente colonial, determinado por um conjunto de leis próprias. Trata-se de um modo de produção dependente, constituído na articulação entre condicionantes de ordem interna e externa, subordinada, em última instância, às contradições constitutivas de relações escravistas específicas. O vetor das estruturas internas afirma-se sobre o vetor das conexões sistêmicas, porquanto a dinâmica da sociedade colonial, sua potencialidade e seus limites são dados pelas contradições do modo de

³ PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*. 11ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1971.

⁴ NOVAIS, Fernando, "Caio Prado Jr. na historiografia brasileira", in MORAES, Reginaldo *et alii* (orgs.), *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986; e NOVAIS, Fernando, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª Edição, São Paulo: Hucitec, 1995.

produção do *escravismo colonial*. E, no entanto, o referido modo de produção somente pode existir como um "modo de produção dependente". A interpretação resulta na admissão da possibilidade de acumulação interna ao escravismo colonial e, claro, à própria economia colonial, com o que será relativizado o peso da exploração mercantil na conformação da colônia e do sistema colonial na formação do capitalismo⁵.

O propósito da presente leitura é sistematizar as contribuições de Werneck Sodré e Alberto Passos, qualificando certas críticas recorrentes. Pretende sugerir, somente, que a consideração de elementos dinâmicos internos, e mesmo a idéia de feudalismo, ainda que a expressão abarque uma vasta gama de significados, esteve, em muitos casos, sob distintas orientações ideológicas, presente no debate brasileiro e, portanto, deve ser situada nesse contexto. Com isso, pretende reconhecer a existência de formas concretas e elementos empíricos que, não podendo, naturalmente, oferecer respostas definitivas à problemática, por outro lado, não poderiam falsear de modo imediato as teses em tela. Nesse sentido, pensamos ser insuficiente a crítica a essas teses, que reduz a questão ao problema, muito recorrente no marxismo da época, de transposição mecânica de modelos abstratos preconcebidos. O ponto crítico parece ser a dificuldade, nos marcos dessas interpretações, de articular organicamente a referida dupla dimensão constitutiva da sociedade colonial, provavelmente derivada de concepções restritas sobre a categoria modo de produção. Com isso parece surgir uma dificuldade particular para apreender o sentido histórico concreto das formações de origem colonial.

Antes, porém, é necessário inscrever as interpretações da colônia no conjunto do debate, explicitando, tanto quanto possível, os contornos mais essenciais de suas implicações políticas.

Interpretações da colônia e o "Brasil contemporâneo"

O debate sobre a formação da sociedade colonial é o debate sobre o sentido das transformações estruturais subjacentes ao desenvolvi-

⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion *et alii*, *Modos de producción en América Latina*. 2ª Edição, Córdoba: Pasado y Presente, 1974; GORENDER, Jacob, *O escravismo colonial*. 6ª Edição, São Paulo: Ática, 1992.

to da sociedade brasileira. Em particular, sem postular uma teia de conexões imediatas, pode-se dizer que o debate de orientação marxista sobre a sociedade colonial se constituiu, em sua origem, no interior do Partido Comunista, como parte dos debates sobre o sentido da revolução no Brasil. É nesse quadro que devem ser inscritas as contribuições de Werneck Sodré e Alberto Passos.

No contexto da ascendência da orientação política e teórica dos soviéticos sobre os partidos comunistas, o VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, em Moscou, incluiu o Brasil na resolução acerca dos países dependentes, aos quais seria atribuída a vigência, no passado, de um modo de produção feudal ou asiático. Sabe-se, tal resolução implicava nas tarefas da revolução democrático-burguesa. Já em 1927, o Partido Comunista do Brasil incorporava, em seu III Congresso, a tese da economia brasileira *agrária, semifeudal e semicolonial*. Os problemas do tratamento dogmático e mecânico daquelas categorias são conhecidos e foram admitidos, mais tarde, inclusive por Astrogildo Pereira e Octávio Brandão. Mas, não obstante oscilações mais ou menos explícitas, o sentido último dessas concepções, práticas e teóricas, permaneceria como orientação aos comunistas. Pode-se dizer que encontram a sua expressão mais profunda nas obras de Werneck Sodré e Alberto Passos⁶.

Para esses autores, os problemas do "atraso econômico", sobretudo no campo, do padrão de relação da economia brasileira com o capital internacional e o imperialismo, da posição da burguesia brasileira face ao desenvolvimento nacional e da miséria do povo guardavam profunda relação com as interpretações sobre o passado colonial. Werneck Sodré, de forma muito mais sofisticada do que lhe atribuem seus críticos, propõe interpretar o processo de revolução burguesa no Brasil como um acúmulo progressivo e gradual de transformações que apontam no sentido da consolidação do capitalismo em bases nacionais, marcado pelo choque, latente ou aberto, contra obstáculos bem definidos. A imagem que oferece é de uma "roda quadrada", que se vai arredondan-

⁶ CARONE, Edgar, *O PCB*. 3 vols., São Paulo, Difel, 1982; SEGATTO, José Antonio, *Breve história do PCB*, 2ª edição, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989; ZAIDAN FILHO, Michel, *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo: Vértice, 1988; Idem, *(1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

do conforme rola. Esse movimento progressivo choca-se contra a resistência do latifúndio, aqui entendido como um elemento residual, conformado por um modo de produção feudal que teria surgido, sobre o declínio do escravismo, como processo regressivo, desde os tempos coloniais. Essas formas arcaicas, expressas nas relações de produção, seriam um entrave à generalização de relações propriamente capitalistas, isto é, à generalização do trabalho livre e assalariado, e, sobre essa base, ao desenvolvimento das forças produtivas. Em paralelo, a tendência à extroversão do latifúndio, essencialmente exportador, representa motivo de instabilidade estrutural por conta, de um lado, da tendência à superprodução no mercado externo e, de outro, do estreitamento do mercado interno. O descolamento do latifúndio em relação à causa do desenvolvimento nacional estaria refletido no predomínio do capital estrangeiro sobre as linhas de comercialização e financiamento. O quadro da aliança entre o imperialismo e o assim concebido latifúndio feudal, como entrave ao desenvolvimento nacional, torna-se mais complexo quando o capital estrangeiro avança sobre o processo de industrialização e embarrasa o processo de acumulação, em virtude de uma capitalização dirigida para o exterior, em prejuízo dos recursos internos, aprofundando os desequilíbrios e o endividamento.

Nos passos da revolução burguesa, expressos na Independência, que possibilita a internalização da acumulação na economia cafeeira; na Abolição, que representa a transição para o predomínio do trabalho assalariado; nos acontecimentos de 1914 e 1929, que permitem intensificar a industrialização substitutiva de importações, assentada no mercado interno, e nos acontecimentos políticos de 1930 e 1937, a burguesia brasileira, aqui considerada portadora de um projeto de desenvolvimento nacional, tende a tornar-se, para Werneck, hegemônica. Nesse movimento, o atraso brasileiro será compreendido como resistência de elementos pré-capitalistas residuais, em convergência com as forças do imperialismo. E o sentido das transformações em curso na sociedade brasileira seria o choque das forças burguesas, portadoras do progresso capitalista contra os resíduos pré-capitalistas, feudais e semif feudais, em aliança com o imperialismo. No quadro dessa interpretação, as forças burguesas adquirem o conteúdo de uma burguesia nacional, cujo embrião mais remoto o autor encontra já no seio da economia colonial mineira, que haveria de se apoiar num campesina-

to empenhado na transformação de relações de produção arcaicas e no proletariado, à espera de sua hora e vez. "Porque não é o proletariado, nem é o campesinato que está com sua sorte de classe em jogo. É a burguesia que está decidindo seu próprio destino".

Caio Prado, sabe-se, formularia o contraponto, dentro do partido, daquelas teses. Sobretudo nas páginas da *Revista Brasiliense*, reafirmando a crítica à ampliação do raio de ação do capital estrangeiro, desferia sua crítica à aproximação tácita dos comunistas a Juscelino Kubitschek. Mais adiante, faria a crítica a João Goulart e ao movimento em torno das reformas de base, que classificava como produto de uma agitação superficial. Novamente, não pouparia os comunistas que, não obstante as tensões, também se teriam aproximado de João Goulart. Mas consolidou sua crítica à política dos comunistas com a publicação *d'A Revolução Brasileira*, em que atribui à política do partido e à expectativa em torno de uma certa ousadia da burguesia brasileira a derrota em 1964⁷.

A interpretação do sentido das transformações da sociedade brasileira identifica um processo de transição de uma sociedade colonial para uma sociedade nacional, ou seja, uma "economia colonial em transição", em processo de diferenciação. Isso implica em estabelecer uma linha de continuidade que perpassa o processo de formação nacional, da época colonial ao Brasil contemporâneo. Uma linha de continuidade que revela o caráter contraditório do movimento, porquanto a formação nacional se afirma a partir da colônia e, ao mesmo tempo, em oposição à colônia. A conjuntura revolucionária emerge quando a contradição entre colônia e nação se converte em antagonismo, ou seja, no momento de superação da contradição, a sociedade brasileira enfrenta o dilema entre a afirmação da sociedade nacional, pela ruptura do passado colonial, ou a reversão neocolonial⁸. Assim, nessa perspectiva, trata-se de reconsiderar a tese do choque entre forças portadoras de modos de pro-

⁷ SODRÉ, Nelson Werneck, *História da burguesia brasileira*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967:379. Ver também, do mesmo autor, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

⁸ GORENDER, Jacob, "Do pecado original ao desastre de 1964", in D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, 1989.

⁹ NOVAIS, Fernando, "Caio Prado Jr. na historiografia brasileira", in MORAES, Reginaldo, et alii (orgs.), *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986; SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda, *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

dução distintos - o novo contra o arcaico, a burguesia nacional contra os resíduos feudais e semifeudais. A idéia de transição e diferenciação reorienta a interpretação, porquanto a formação nacional e o passado colonial, o "novo" e o "velho" conformam uma contradição e, portanto, pressupõem uma unidade¹⁰.

Com efeito, no fundamento dessa crítica, subjaz uma interpretação da colônia, já profundamente elaborada em *Evolução Política do Brasil*, de 1933 e, posteriormente, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942. Aqui, a sociedade colonial se apresenta como peça organicamente integrada numa dinâmica sistêmica definida já nos marcos do capitalismo em formação. Imediatamente evidenciam-se nexos mercantis que conferem sentido à formação e ao desenvolvimento da colônia, como uma sociedade marcada pela precariedade e pela instabilidade da vida material e pela desestruturação e anomia social - uma interpretação da colônia que lança raízes profundas na reorientação do debate, pois, em contraste com sociedades milenares, que, na aurora dos descobrimentos, são tocadas pela civilização ocidental, as sociedades latino-americanas - em particular a brasileira - são formadas pela expansão européia, como extensão de seus domínios. Nesse quadro, surgiriam sociedades conformadas pela expansão européia, nos marcos do capitalismo em formação, como pólo colonial, reflexo e complementar, cujo movimento de formação nacional se consubstancia num processo de diferenciação, a partir da condição colonial e em oposição a ela. A posição dessas sociedades nos marcos do imperialismo seria desdobramento, de certa forma, linear do seu processo de gênese. A especificidade de sua estrutura socioeconômica denotaria uma forma particular de estruturação do capitalismo no pólo, digamos, colonial, em contraste com a imagem das forças burguesas, tolhidas pela resistência do arcaico, em aliança com o imperialismo. Desse modo, a sociedade brasileira não poderia produzir uma burguesia portadora do projeto de desenvolvimento nacional, senão uma burguesia geneticamente vinculada ao capitalismo mundial, que reproduz, nessa forma específica de estruturação do capitalismo, a extroversão herdada do passado colonial. Naturalmente, esse diagnóstico implica na reformulação do arco de alianças dos

¹⁰ D'HONDT, Jaques, *Ideologia de la ruptura*. Trad. Esteban Inciarte. Ciudad de México: Premiá, 1983.

comunistas, que exclui a burguesia brasileira, e na reelaboração do programa da revolução brasileira. Um programa de reformas estruturais, de controles sobre o capital estrangeiro, de reorientação da iniciativa privada e de melhoria da relação entre capital e trabalho, sobretudo no campo, que viria fundar as bases para a consolidação do Estado nacional. Estes seriam os marcos de uma revolução nacional que, no curso de seu desenvolvimento histórico, deveriam significar a primeira etapa de uma revolução mais profunda, de caráter socialista¹¹.

A obra de Caio Prado teve ampliado o seu raio de influência quando o marxismo penetrou, com mais evidência, na Universidade. Em particular, para fazer referência ao diálogo sobre o sentido da colonização na obra de Fernando Novais, há que considerar a influência do grupo de estudos d'O *Capital*, de 1958. Naquele momento, o movimento comunista internacional enfrentava os abalos profundos, produzidos pelas denúncias contidas no informe de Nikita Khrushchev, no XX Congresso do PCUS, em 1956. Portanto, no contexto de crise da ortodoxia, o grupo procurava estabelecer um espaço de reflexão independente em relação ao partido e, naturalmente, às teses vindas da União Soviética. Provavelmente, as inclinações à heterodoxia das interpretações de Caio Prado ampliaram as possibilidades de diálogo. Fernando Novais propõe incorporar o sentido geral da interpretação da colônia de Caio Prado numa formulação mais abrangente, que situe o antigo sistema colonial como peça da acumulação primitiva de capital no quadro da transição do feudalismo ao capitalismo. Em que medida a reformulação do problema implica necessariamente numa reorientação da interpretação geral de Caio Prado sobre o sentido do desenvolvimento da sociedade brasileira não pretendemos responder neste trabalho - no entanto, numa breve referência ao período posterior à emancipação, Fernando Novais remete o leitor a Florestan Fernandes¹².

¹¹ PRADO JÚNIOR, Caio, *A revolução brasileira*. 6ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1978.

¹² "Não queremos, evidentemente, com isso, dizer que, com o advento da emancipação política, tenha desaparecido o caráter dependente ('colonial') da vida econômica das antigas colônias: ele assume, porém, novas formas. Veja-se a análise das fases e das formas de dominação externa, em FERNANDES, Florestan, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (...). Também MOTA, Hector Malavé, 'Reflexões sobre o modo de produção colonial latino-americano' (...)."; NOVAIS, Fernando Antônio, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª edição,

Mais adiante, a contribuição de Fernando Novais seria incorporada como base da interpretação d'O *Capitalismo Tardio*, de João Manuel. Essa tese propõe a revisão crítica da tradição da CEPAL. Aqui, reorienta-se a problemática básica, da "antinomia entre a plena constituição da nação e uma certa divisão internacional do trabalho", para o problema da "formação e desenvolvimento de um certo capitalismo", o capitalismo tardio¹³. Por certo, uma revisão crítica da CEPAL, que se afasta também da interpretação geral elaborada por Caio Prado. Isso, no momento em que começava a desestruturar-se a "regulação" reformista do capitalismo internacional do pós-guerra, que havia conferido, dentro de determinados limites, uma relativa autonomia ao desenvolvimento dos países periféricos e, ao mesmo tempo, um certo fôlego à *questão nacional*.

Enfim, fora do espaço da Universidade e depois de ter rompido com o PCB, que se fragmentou nos anos sessenta, Jacob Gorender elabora a interpretação do escravismo colonial. O texto *A burguesia brasileira*, embora não constitua um estudo sistemático, apresenta os traços mais gerais de uma interpretação do desenvolvimento derivado do escravismo colonial. O ponto central dessa concepção reside na transição do escravismo colonial ao capitalismo, demarcada pela Abolição, "(...) a única revolução social jamais ocorrida na História de nosso País"¹⁴. Mas a transição para o capitalismo é quase um processo linear, de desobstrução, porquanto o escravismo colonial, como segunda variante na formação do capitalismo, engendra uma acumulação interna e possibilidades ao

São Paulo: Hucitec, 1995:4, nota 4. Florestan Fernandes sintetiza o dilema latino-americano da seguinte forma: "Os países latino-americanos enfrentam duas realidades ásperas: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. (...) sob as condições históricas atuais, o novo padrão de imperialismo e a hegemonia dos Estados Unidos colocam uma questão dramática: podem os países latino-americanos atingir realmente a integração nacional e a autonomia econômica sociocultural e política através do capitalismo?" FERNANDES, Florestan, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1975:26.

¹³ MELLO, João Manuel Cardoso, *O capitalismo tardio*. 9ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1998.

¹⁴ GORENDER, Jacob, *A burguesia brasileira*. 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1990:21.

desenvolvimento posterior. Removidos os entraves constituídos pelas relações de produção escravistas, o capitalismo brasileiro pode desenvolver-se sem maiores percalços, ou seja, a revolução burguesa, no Brasil, não existe. No curso do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, prevalece o mesmo tipo proposto de dupla determinação entre condicionantes internos e externos desde o escravismo colonial, de modo que os resultados da introdução do capital estrangeiro dependeriam, sobretudo, de suas estruturas internas. Na economia brasileira, não obstante se verificarem tendências desestabilizadoras, o resultado seria potencializar as possibilidades de desenvolvimento. Assim, a articulação entre capital nacional e estrangeiro teria possibilitado a instalação de um departamento produtor de bens de produção, com predomínio do capital privado nacional. E, embora se reconheça a ausência de um capital financeiro brasileiro, assentado na fusão do capital industrial e bancário, Gorender chega a vislumbrar, em 1981, a possibilidade de um imperialismo brasileiro: "(...) o ovo da serpente está chocando. Se houver tempo, ainda veremos um imperialismo brasileiro"¹⁵.

Isto posto, passemos às interpretações da colônia de Werneck Sodré e Alberto Passos.

Escravidão, feudalismo e formas híbridas

Considerando as múltiplas possibilidades de interpretação da colônia, derivadas da complexidade da sociedade colonial, ou seja, da referida dupla dimensão, externa e interna da vida colonial, pode-se compreender a afirmação, no pensamento brasileiro, da tendência a delimitar como marco estrutural explicativo da "dimensão interna ao espaço da colônia", em particular a grande lavoura - as relações de arbítrio que caracterizam a dominação dos senhores proprietários sobre uma massa de escravos e daquela gente que vegetava na órbita do latifúndio. Nesse universo, afirma-se o predomínio do latifúndio sobre a vida colonial, que asfixia qualquer forma de existência estabelecida fora de seus domínios. Definem-se a degradação e a desestruturação do espaço colonial e a ausência de poder estatal, sobre o que se edificam as relações de dependência em relação ao poder privado e absoluto dos

¹⁵ Ibidem, p. 107.

senhores. Assim, um conjunto de interpretações da colônia, que derivam de variadas matrizes historiográficas, teóricas e ideológicas, verão no latifúndio o único organismo capaz de estruturar, com maior ou menor organicidade, as bases sociais e econômicas da vida colonial¹⁶.

A própria idéia de *feudalismo*, que, de resto, expressa conceitos essencialmente distintos, aparece numa vasta gama de obras sobre a colônia, seja para definir os termos de uma fragmentação política, que revela o poder particularista dos senhores, seja para definir uma economia fechada, na base de organismos relativamente autônomos, em meio à precariedade do mercado interno, seja para definir uma categoria de modo de produção referida a relações sociais de produção, a imagem de um latifúndio feudal ou semifeudal aparece, de formas mais ou menos explícitas. Duas referências basilares da reflexão brasileira, de orientação conservadora, situam os nexos fundamentais da vida colonial nos marcos do latifúndio, compreendido como o universo fechado sobre si mesmo. Oliveira Vianna havia demonstrado o caráter disperso e centrífugo da sociedade colonial, sobretudo no que respeita à ausência de um poder político centralizador, atribuindo ao grande domínio rural, compreendido em seus múltiplos aspectos, e, sobretudo, no aspecto político (que ele denomina *complexo do feudo*), papel de única força de aglutinação política e de único espaço de solidariedade social orgânica.

(...) o clã rural — o clã fazendeiro, a porção mais importante talvez do nosso 'complexo feudo' — é a única forma de solidariedade do povo-massa dos campos que a nossa nobreza territorial conseguiu organizar. Não foi esta, porém, a única forma de solidariedade social que o grande domínio organizou. O clã *feudal* é a organização da solidariedade do povo-massa — *da plebe dos campos*; mas, para a elite rural, o grande domínio organizou uma outra espécie de solidariedade social: o clã *parental*. O clã *parental* é uma organização aristocrática. É uma espécie de Ordem da Cavalaria das grandes famílias dominicais. Foi enorme a sua influência no Período Colonial e, ainda maior, no Período Imperial e na República¹⁷.

¹⁶ LAPA, José Roberto do Amaral (org.), *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

¹⁷ V I A N N A, Oliveira, *Instituições políticas brasileiras*, 2 vols. Niterói: EDUFF, vol. I, 1987: 181-182.

Gilberto Freyre demonstrou também a centralidade do grande domínio e, em particular, da família patriarcal, em perspectiva sociológica¹⁸.

O mesmo sentido revela-se nas referências feitas por Werneck Sodré ao universo da literatura brasileira, objeto de seus primeiros estudos¹⁹. Portanto, parece ser necessária uma releitura da interpretação de Werneck Sodré, na intenção de qualificar um conjunto de críticas, há muito sedimentadas, pois, quando se observa esse diálogo entre diversas tendências de interpretação da colônia, edificadas sobre diferentes matrizes, se pode reconsiderar a crítica às tendências de aplicação mecânica de modelos preestabelecidos em nível abstrato. Se essas contribuições não são simples reproduções automáticas, correias de transmissão de idéias estranhas à realidade concreta, e se esses historiadores marxistas não são simples agentes passivos de uma dominação teórica, a questão seria reorientada, no sentido de indagar a base sobre a qual se constituem aqueles diálogos. Por exemplo, indagar a respeito do possível diálogo entre teses de orientação marxista e cevalina, quanto ao confronto en-

¹⁸ "A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa ('tigre', a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos. (...) A casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta em princípio manifestou para ser dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos. A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. 'Feias e fortes!'. FREYRE, Gilberto, *Casa-grande & senzala* — Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 41ª edição, São Paulo: Record, 2000:49-50.

¹⁹ "Mesmo em manifestações artísticas — peças de teatro, romances, contos, crônicas — as relações feudais apareceram, de velhos tempos. Elementos comuns à temática medieval, conseqüentemente, aparecem na ficção brasileira: a mulher que se disfarça em homem para combater ou exercer vingança, os amores contrariados pela rivalidade familiar, as gestas de bandos armados varrendo os sertões. No fundo do amplíssimo painel das guerrilhas narradas em *Grande Sertão: Veredas* está o latifúndio feudal, em seu esplendor." SODRÉ, Nelson Werneck, "Modos de produção no Brasil". LAPA, José Roberto do Amaral (org.), *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980:147.

tre o novo e o arcaico na sociedade brasileira. Assim, sem a pretensão de tomar o debate em seu conjunto, sugerimos apenas um caminho para uma releitura crítica, mais atenta às tendências ao dualismo do que ao esquematismo. Com efeito, em resposta aos críticos, Werneck Sodré procurava sustentar a base essencialmente empírica de suas formulações. Isso remete a uma leitura crítica, que considere a relação entre a apreensão da realidade e a formulação conceitual, o que remete ao modo como essa interpretação propõe incorporar as categorias do materialismo histórico ao contexto do marxismo da época.

Assim, não apenas os modos de produção se apresentam, aqui, como formas particulares, que os distinguem do modelo conceitual, como não poderia deixar de ser, mas também do modelo empírico do Ocidente europeu; também são diferentes as formas de passagem de um a outro modo de produção, de uma a outra formação social. (...) Claro está que não se nega, de plano, a possibilidade de passagem de um modo a outro de produção sem intermediação da seqüência clássica. (...) Mas o fato é que, no Brasil, no nosso modo de ver, tanto houve escravismo e passagem ao feudalismo, quanto feudalismo e passagem ao capitalismo. Esta seqüência, por assim dizer normal, porque acompanha o modelo conceitual e o esquema stalinista, decorre da análise do particular brasileiro e não da simples adoção de uma fórmula como se fora universal e obrigatória²⁰.

Uma apreciação das formas de reprodução da vida na colônia não poderia concluir pela presença de algum modo de produção conformado e desenvolvido em épocas ou espaços remotos, em vários contextos históricos, sem a abstração do conteúdo concreto que constitui a sociedade colonial, em quase tudo diversa de outras tantas formas socioeconômicas. Com efeito, delimitar, no interior daquela sociedade, edificada pela colonização portuguesa no continente americano, na época dos descobrimentos, um modo de produção escravista ou feudal

²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990:24-25. Os trabalhos de Paulo Cunha oferecem a possibilidade de identificar concretamente, na biografia do autor, os momentos da observação empírica, sobretudo em suas viagens pelo Brasil; CUNHA, Paulo Ribeiro da, *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. São Paulo: FAPESP, 2002.

significa situar, no âmbito de uma mesma definição, formações sociais profundamente diversas, em termos de seu sentido histórico concreto. Vale dizer, em algum nível de realidade, o escravismo moderno da colonização portuguesa na América seria identificado com sociedades do mundo antigo ou da Europa medieval. Por certo, seria, em certa medida, anacrônico um juízo dessas formulações, sem levar em conta serem tais concepções correntes no marxismo daqueles tempos, pois o próprio debate sobre a transição entre Maurice Dobb e Paul Sweezy revela, em algumas passagens, idéias sobre *feudalismos*, além das fronteiras da Europa cristã; ou, então, o conhecido debate sobre o modo de produção asiático. Houve mesmo uma tendência a classificar como feudal qualquer formação mais ou menos situada entre o escravismo e o capitalismo, independente de suas caracterizações específicas. Eric Hobsbawm, em sua introdução a *Formações econômicas pré-capitalistas*, contextualiza essa ampliação no raio das formações feudais, referindo-se à tendência geral que "conduziu a uma revisão formal da lista das formações econômico-sociais de Marx ao omitir o 'modo asiático', limitar o campo do 'antigo' mas, correspondentemente, ampliando o 'feudal'"²¹. Importa observar que a categoria modo de produção, limitada por uma abstração de seu conteúdo particular e específico, não poderia definir o conteúdo de uma totalidade histórica concreta. Vale dizer: mesmo em Werneck e Passos, o modo de produção na colônia pressupõe uma determinada unidade em relação ao espaço metropolitano. Portanto, podem-se preservar, em alguma medida, determinadas conexões que definem a colônia como peça integrada na dinâmica européia, na Época Moderna.

Nesse sentido, a dimensão das conexões sistêmicas seria ainda peça constitutiva nas formulações do modo de produção colonial, de modo mais ou menos central. Por certo, seria mais central nas interpretações de Werneck Sodré, cujos nexos fundamentais não recaem totalmente sobre uma dinâmica interna ao espaço da colonização, referida à especificidade de um modo de produção colonial, muito embora procurem quase sempre caracterizá-lo. Concretamente, Werneck procurou compreender a dinâmica da sociedade colonial sob o prisma de distintas dimensões que pudessem expressar um nível de realidade referido à

²¹ HOBBSAWM, Eric, "Introdução" a MARX, Karl, *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2ª edição, Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977:60.

exploração mercantil e outro, ao modo de produção americano. Com isso, a sociedade colonial seria compreendida no quadro do desenvolvimento da economia mercantil, como organismo social conformado pela dinâmica do capital mercantil e, portanto, caracterizado por sua profunda extroversão. Resguardam-se, pois, o seu caráter essencialmente complementar e reflexo e a sua decorrente instabilidade, conferindo-se centralidade aos mecanismos da exploração mercantil, definidos por seu correspondente *fluxo desacumulador*²². Em *Formação histórica do Brasil*, explicita em suas próprias palavras:

No desenvolvimento da produção colonial brasileira verifica-se, muito cedo, uma enorme capacidade de acumulação. Acontece, porém, que tal acumulação não se opera na área da produção, mas na área da circulação, o que decorre do fato fundamental de que a produção depende da circulação, na fase do capital comercial, e do fato conseqüente de que a estrutura açucareira de produção é uma empresa do capital comercial montada para servi-lo. É a circulação, assim, que comanda a produção. Existe um fluxo constante, uma transferência constante de renda da área da produção para

²² Nesse ponto, cumpre observar o diálogo com as interpretações sistêmicas. Werneck Sodré, em *Formação histórica do Brasil*, utiliza por mais de uma vez a expressão *finalidade da colonização*, o que remete quase imediatamente ao *sentido da colonização*, de Caio Prado (pp. 70 e segs.). Em *Introdução à revolução brasileira*, faria citação explícita: "Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará, no entanto, um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. E este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos". PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*. 11ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1971:31, apud SODRÉ, Nelson Werneck, *Introdução à revolução brasileira*. 4ª edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1978:67.

a da circulação. Esta não é uma característica apenas do caso brasileiro: toda economia colonial corresponde a uma transferência de renda para o exterior²³.

Em paralelo, procura-se caracterizar as relações de produção, estabelecidas no interior da sociedade colonial, definidas como escravistas ou feudais, sobre as quais se elabora uma concepção do modo de produção edificado no espaço colonial.

Claro está que, visto o problema na dimensão universal, apresenta-se de determinada maneira; visto na dimensão americana, apresenta-se de outra maneira. Assim, na dimensão universal trata-se de processo de acumulação primitiva, quando eram vigentes as formas pré-capitalistas do capital — no caso, o capital comercial. Mas, na dimensão continental americana — sul-americana, no caso — trata-se de escravismo puro e simples²⁴.

"(...) escravismo puro e simples", na opinião de Werneck Sodré. No entanto, certos traços viriam conferir alguma particularidade ao escravismo moderno do espaço colonial diante das formas do escravismo antigo, do dito modelo clássico. Primeiro, porque, quando se conforma nos tempos dos descobrimentos, aparece "deslocado" na seqüência progressiva do dito modelo clássico, como modo de produção historicamente superado e descompassado em relação ao percurso histórico da transição do feudalismo ao capitalismo europeu. Configura-se, pois, como uma manifestação da *heterocronia*, do desenvolvimento desigual. Mas também por constituir-se não como resultado histórico do desenvolvimento progressivo das comunidades primitivas indígenas, não como etapa histórica subsequente ao comunismo primitivo, mas como estrutura socioeconômica transplantada. Essas duas considerações denotam, desde o início, uma necessidade de compreender o escravismo do espaço colonial e o próprio tráfico em sua especificidade, no marco histórico da colonização moderna, das relações sistêmicas constitutivas da

²³ SODRÉ, Nelson Werneck, *Formação histórica do Brasil*. 9ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976:85.

²⁴ Idem, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990:12.

exploração mercantil²⁵, em nível mais profundo, porque, para Werneck, somente o caráter colonial poderia explicar a persistência desse organismo social edificado sobre forças produtivas "inferiores" e a permanência da forma escravista na época de declínio do feudalismo, pois se trata de uma organização econômica isolada, internamente, pela precariedade de seu mercado interno e, externamente, pelo exclusivo metropolitano. Portanto, desde o início, o escravismo, constituído como realidade heterocrônica e transplantada, somente poderia edificar-se plenamente porque circunscrito à condição colonial.

Portanto, como formação concreta, caracteriza-se pela profunda extroversão já referida: conforma-se como espaço econômico essencialmente vinculado ao mercado mundial, como economia complementar e reflexa da dinâmica européia, orientada segundo as necessidades da exploração mercantil, e não como fundamento da reprodução dessa sociedade. Portanto, observam-se a mesma precariedade e a mesma instabilidade estrutural acima discutidas, de uma dinâmica socioeconômica predatória de seu substrato natural e alheia ao seu substrato humano, que realiza tão somente o mínimo necessário ao proveito do negócio mercantil.

Longe, e muito longe, de estabelecer as bases para uma exploração dos recursos que a terra pode proporcionar, e em que fiquem associados os seus moradores ou filhos, a grande empresa comercial da colônia malbarata os seus elementos, relega a um nível baixíssimo a população, desmoraliza o

²⁵ Werneck Sodré observa com certa ênfase a posição do tráfico negreiro na dinâmica da exploração mercantil como negócio dos mais rentáveis, aproximando-se, em alguma medida, da construção posterior de Fernando Novais. No entanto, não chega a situar no tráfico negreiro as explicações para a própria opção pelo escravo africano: "Estabelecida em tais bases, a colonização confere extraordinário impulso a uma das áreas mais ativas da fase mercantil, a do tráfico negreiro. O problema fundamental da empresa ultramarina estava no fato de que não funcionaria de início como mercado: tinha poucas exigências, necessitava pouco de mercadorias européias, sua demanda era reduzidíssima. Desde logo, entretanto, aparecendo como estrutura escravista, vai representar um mercado para esse produto especial que é o escravo africano, o mais valioso do tempo. A ajuda que a empresa ultramarina empresta ao desenvolvimento do capital comercial não se limita, assim, ao que produz — o açúcar — mas ao que consome — o escravo. O aparecimento da área escravista americana, no século XVI, é, desse modo, a poderosa alavanca em que o capital comercial se apóia para passar a uma nova etapa em seu desenvolvimento". SODRÉ, Nelson Werneck, *Formação histórica do Brasil*. 9ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976:72-73.

trabalho, concentra os lucros em poucas mãos, está sempre longe de deixar vestígios duradouros, dissipa os recursos locais e apenas complementa a estrutura econômica européia. Trata-se, no caso dessa exploração, de uma tarefa predatória por excelência, de destruição dos recursos naturais, de esgotamento do solo, de derrubada da vegetação protetora — cega, imediatista, quase vesânica se não tivesse existido nela a lógica natural do tempo. Não se trata, a rigor, de agricultura, e nem pode ser comparada, de forma alguma, a qualquer atividade agrária normal. Enriquecendo a uns poucos, empobrece a todos os demais. Não deixa no meio em que se desenvolve os elementos substanciais de acumulação, que conferem estabilidade e possibilitam um desenvolvimento contínuo e ascensional. (...) A população não está de forma alguma associada ao sistema, mas profundamente divorciada dele²⁶.

Assim, concretamente, esse escravismo adquire feição particular. Marx demonstrou que os vínculos com o mercado mundial, no contexto da colonização moderna, potencializam a extração do sobretabalho, tornando as relações de dominação escravistas das colônias mais violentas, à diferença das formas de dominação orientadas para a satisfação das necessidades imediatas. No entanto, isso se torna mais grave quando atuam os efeitos do tráfico negreiro, que atenuam os efeitos antieconômicos da superexploração e da destruição física da força de trabalho do escravo, vale dizer, da "esterilização de capital previamente invertido".

Para Werneck, a experiência do ouro traria modificações substanciais na vida colonial. Em fins do século XVII, a colônia está imersa em profunda crise, que toma corpo quando se acirra a concorrência na produção açucareira — sobretudo das colônias holandesas, mas também francesas e inglesas, mais bem equipadas para a produção que a portuguesa — o que virá a minar o monopólio luso, fazendo declinar os preços do açúcar. Os outros espaços da colônia vegetavam naturalmente no baixo nível da subsistência. O "milagre" do ouro imprimiria um novo impulso à vida colonial. Primeiro, pelo vigoroso aumento da população colonial, do influxo de imigrantes europeus e escravos e pela nova direção do povoamento, alcançando regiões centrais do território, mas também por ser empresa de menor vulto, que exigiria capitais de menor monta. Com isso, seriam abertas possibilidades para a pequena proprie-

²⁶ Idem, *Introdução à revolução brasileira*. 4ª edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1978:69-70.

dade e para os empreendimentos dos homens livres e pobres, ao que se acrescentariam certos abrandamentos das relações escravistas e da ascensão espiritual do escravo por conta da própria natureza da atividade. Trata-se de atividade especializada, o que viria a se refletir em impulso ao mercado interno, em maior entrelaçamento das regiões e mesmo nos progressos de uma vida urbana (e até artística). Tais articulações implicariam numa pulverização dos lucros, desconsiderado o quinhão da coroa e a formação de uma camada média, embrião, para Werneck Sodré, de uma burguesia nacional. Esses desenvolvimentos, que culminariam nas insurreições, seriam expressões concretas do processo profundo de diferenciação, do qual emerge uma consciência nacional. Por essa razão, a mineração teria representado um profundo e irreversível abalo na ordem escravista²⁷.

Mas, considerando a interpretação em sua dupla dimensionalidade, afirma-se, quase em paralelo à compreensão do escravismo em seu marco histórico concreto, como peça da acumulação primitiva, a definição do *escravismo puro e simples* como modo de produção. Nessa perspectiva, o escravismo, no espaço colonial, seria uma manifestação concreta, uma expressão particular do fenômeno geral do modo de produção escravista, vigente desde o mundo antigo. Não seria modo de produção específica um escravismo colonial, diverso do escravismo antigo, com caracterização e funcionamento próprio, mas uma reedificação, descompassada no tempo e no espaço, do escravismo clássico. Por certo, estaria implícito um conceito de modo de produção e um tratamento do materialismo histórico, que, nesse caso, revelaria toda a centralidade atribuída à dimensão das relações de produção, mais propriamente ao regime de trabalho, como fundamento essencial e definidor da realidade social, em prejuízo da compreensão da totalidade das formas de reprodução da vida. Atesta a perda do horizonte da totalidade a observação de Werneck, segundo a qual o escravismo moderno, em sua particularidade, à diferença das formas do escravismo antigo, seria caracterizado por uma ausência de correspondência entre infra-estrutura e superestrutura — sobretudo no que respeita à dimen-

²⁷ Tais distinções entre mineração e grande propriedade açucareira seriam muito mais acentuadas por Werneck Sodré e menos por Caio Prado, que as compreende limitadas e situadas, sobretudo, em seu período de declínio.

são valorativa dessa forma na época moderna, em contraste com o mundo antigo. Mais do que isso, Werneck reconheceria nesse escravismo moderno um modo de produção destituído de dinâmica autônoma. Na verdade, na análise, o regime de trabalho destaca-se do conjunto da vida social para definir-se como fundamento desse "modo de produção escravista", seja antigo ou moderno — a dimensão das "relações de produção" desprende-se da totalidade²⁸.

Sabe-se, o espaço escravista não esgota as formas socioeconômicas vigentes na sociedade colonial, restando vasta área subsidiária, muitas vezes vinculada às linhas de intercâmbio interno, ou, noutros casos, organizadas como espaços relativamente autônomos, orientadas pela economia de subsistência. Ora, mesmo relativamente autônomos, vistos em certo nível de realidade, a própria conformação desses espaços socioeconômicos explica-se, em última instância, pela dinâmica sistêmica que rege a vida colonial, vale dizer, pela dinâmica da produção escravista integrada ao mercado mundial. Mas conformam, no plano da organização da vida socioeconômica, relações sociais diversas das estabelecidas nos espaços escravistas. Werneck Sodré identificaria, pois, por toda a extensão do território colonial, um mosaico de formações socioeconômicas, a coexistência paralela, na forma metafórica do arquipélago, de distintos modos de produção, assim definindo o fenômeno da *contemporaneidade do não-coetâneo*. Em geral, esses espaços subsidiários, marginais à formação escravista, seriam caracterizados pelo autor, no nível das relações de produção, por formas feudais ou mistas, em definição, cuja centralidade recairia principalmente sobre as formas de apropriação do excedente econômico e as relações de dependência social que vinculam senhores e dominados. Assim, o povoamento do sertão teria es-

²⁸ Digno de nota o parágrafo de Werneck Sodré, em *Introdução à revolução brasileira*, que contraria sua tese central sobre o escravismo, reafirmada diversas vezes em outros trabalhos (inclusive em críticas diretas a Jacob Gorender): "Outro traço específico do quadro interno apresenta-se com o regime de trabalho escravo. Se atentarmos para o passado das áreas incluídas no campo geográfico da Revolução Comercial, verificamos como a introdução do elemento escravo complementou, em todas elas, a produção dos *gêneros coloniais*, mostrando a íntima associação que existiu entre os dois fatores. Trata-se, no caso, pois, de uma decorrência particular ao desenvolvimento do capital mercantil, *nada tendo a ver, senão a semelhança, com o escravismo de época histórica mais recuada, quando o motivo de sua vigência foi inteiramente diverso*". SODRÉ, Nelson Werneck, *Introdução à revolução brasileira*. 4ª edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1978: 68-69 (grifos nossos).

tabelecido desde o início a reprodução de "relações feudais". Trata-se da produção pastoril, circunvizinha e relativamente integrada à dinâmica da economia exportadora de açúcar, algodão ou ouro, autonomizada em certos casos, que conformaria modo de produção diverso, essencialmente feudal, coexistindo em paralelo à exploração escravista. Também a área vicentina de pecuária, constituída como suporte da expansão do bandeirantismo, viria a ser, desde os primeiros tempos, o espaço da reprodução de relações feudais, estendendo-se pelas áreas sulinas e pelas circunvizinhanças da exploração mineira. A colonização dos missionários, demarcada pela economia coletora amazônica ou pela produção erva-teira sulina, seria definida como outras áreas feudais (ou mistas), em particular caracterizadas pela produção para o intercâmbio de longa distância. Mas, em geral, os espaços subsidiários tendiam a tornar-se relativamente autônomos, circunscrevendo-se aos marcos da economia natural, de subsistência.

Com efeito, essa caracterização dos espaços feudais não está limitada à esfera das relações de produção, estendendo-se a considerações sobre os elementos da superestrutura. Assim, o poder absoluto dos senhores proprietários, que absorviam as funções de justiça, de polícia, de administração e que faziam dos homens pobres seus dependentes diretos, sob a mística da fidelidade, seriam expressões feudais. Do mesmo modo, contendas políticas, disputas em torno da propriedade, rivalidades entre famílias, fanatismos e banditismo endêmico. No entanto, esses elementos aparecem na análise muito mais como manifestações exteriores de uma determinada realidade social do que como nexos sociais internamente articulados, compreendidos como faces de uma totalidade, capaz de explicá-la, aquela realidade, em suas determinações recíprocas. Na realidade, expressam as formas peculiares assumidas por esse feudalismo tropical, pois que, observou o autor, o modo de produção feudal, assim compreendido, não apresenta mesmo, em nenhuma experiência histórica, uma "forma clássica". Mais ainda, a própria constituição dessas formas não corresponde ao movimento esquemático de concepções mais ortodoxas, porquanto não responde ao desenvolvimento progressivo e ascensional do escravismo, resultado de crescimento acumulativo, mas como uma regressão a níveis inferiores de desenvolvimento das forças produtivas, decorrência, muitas vezes, da desintegração da produção escravista. Quando tais relações feudais não se estabeleceram no

início da colonização, como forma necessária de adaptação às condições do meio, apareceram como resíduo do declínio da atividade exportadora e, portanto, como processo explicado pelos condicionantes estruturais da profunda instabilidade e do caráter itinerante da vida colonial — pela dinâmica mercantil sistêmica, em última instância.

Novamente, como nas discussões sobre o escravismo, a caracterização central do "modo de produção feudal" recai sobre as relações de produção. No entanto, a determinação de seu movimento histórico concreto impõe a consideração de dimensões que ultrapassam a caracterização dessas relações, quais sejam as dimensões sistêmicas subjacentes ao movimento do núcleo exportador. Do mesmo modo, mesmo quando as estruturas ditas feudais se encontram concretamente apartadas do núcleo exportador — por exemplo, no curso do processo secular de diferenciação do complexo nordestino — as razões dessa relativa autonomização e de sua forma concreta de estruturação residem, em última instância, como demonstrou Caio Prado, no caráter absorvente e asfixiante da grande propriedade exportadora.

Por certo, essas teses sobre o feudalismo colonial estabeleceriam certos diálogos com outras interpretações, algumas exteriores ao âmbito do próprio marxismo, destacando-se certos pontos de confluência com visões de orientação *cepalina*, conformando o quadro intelectual que procurou compreender as relações entre um Brasil moderno e outro, arcaico²⁹. Na reflexão marxista, exerceria influência particular na obra de Alberto Passos, cujas formulações recairiam de modo mais de-

²⁹ Além do debate de inspiração marxista, outras considerações sobre um feudalismo colonial tomaram corpo, privilegiando um ou outro aspecto isolado da realidade. Em diálogo dos mais importantes, a própria interpretação de Celso Furtado resvala no problema das relações arcaicas, fazendo-se em alguns casos referências explícitas a relações semifeudais, como em *Dialética do desenvolvimento*. Na verdade, Furtado foi profundamente inspirado por Henri Pirenne, que identificou feudalismo e ausência de intercâmbio: "Tanto a causa geral — o desaparecimento entre povos e culturas — quanto a causa econômica particular — a suspensão do comércio — que estão no fundamento da ordem feudal (...)". FURTADO, Celso, *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec, 2001:22. Ora, neste caso, o espaço econômico relativamente autônomo, orientado pela produção de subsistência, isolado, sobretudo, na área de economia pastoril, talvez pudesse ser definido como espaço feudal, segundo os termos da própria definição proposta. No entanto, suas referências explícitas ao *feudalismo* são mais esparsas e ocasionais, preservando em seu lugar a idéia das formas arcaicas constitutivas da economia de subsistência.

cisivo sobre o caráter essencialmente feudal da colônia portuguesa, mesmo nas áreas conformadas pelo trabalho escravo. Trata-se, ainda, de preservar os nexos com a sociedade metropolitana, procurando desviar-se das idéias de um modo de produção especificamente colonial. *Feudalismo, puro e simples*. Mas essa formulação adquire traços singulares, porquanto a sociedade colonial, à diferença da concepção de Werneck, é vista como extensão direta da sociedade européia, na medida em que é conformada pela transferência das antigas instituições feudais vigentes na metrópole. Portugal se apresenta como sociedade feudal em processo de transformação, no quadro dos desenvolvimentos do capital mercantil e de certa desintegração das antigas formas de propriedade. Nesse sentido, a colonização representa uma alternativa aos fidalgos de reaverem o poder e o *status* de tempos remotos, procurando estabelecer no novo continente vastos domínios territoriais, sobre os quais mandassem de modo incontestado e absoluto. Teriam, pois, os fidalgos lusitanos edificado, na colônia, uma *estrutura tipicamente nobiliárquica*, cujo nexo fundamental residia na forma de propriedade da terra e à qual o próprio capital se teria submetido e se amoldado.

No entanto, essa estrutura não poderia reproduzir as mesmas formas vigentes na metrópole, pois, entendida como uma espécie de reação aristocrática a supostos efeitos corrosivos do desenvolvimento mercantil, seria já a expressão, em algum sentido, de um *retocesso histórico*. Vale dizer, como estrutura tipicamente nobiliárquica, a sociedade colonial não incorpora os impulsos dinâmicos relativos aos desenvolvimentos do capital mercantil. Mais ainda, interagem condicionantes específicos, interferem circunstâncias concretas que conferem caráter particular a tal sociedade nobiliárquica. A transferência das instituições ditas feudais não poderia realizar-se sem adaptação às circunstâncias, em particular, devido à ausência de comunidades produtoras preestabelecidas, sobre as quais pudessem instaurar seu domínio. Não havia servos. Portanto, a reinvenção da escravidão explica-se, nessas interpretações, pelas necessidades de consolidação de uma sociedade nobiliárquica. A escravidão seria, portanto, uma adaptação do feudalismo à circunstância concreta de uma formação social em que inexistia previamente uma população camponesa a ser subjugada.

Por isso, a construção desse feudalismo somente seria possível com o suporte e o concurso do capital e, portanto, o projeto aristocrático

colonizador haveria de buscar aliança com a burguesia mercantil, os *homens de qualidades*, com os homens do dinheiro³⁰. Concretamente, trata-se de estrutura híbrida e tensa, em que se mescla o regime feudal de propriedade e o regime escravista de trabalho, conformando um modo de produção *feudal-escravista*:

Essa unidade produtora — o engenho — foi a célula da sociedade colonial, tornando-se, por muito tempo, a base econômica e social da vida brasileira. Era, como a sociedade que dele nascera, *medularmente feudal*. E se se quer dar uma designação mais precisa, tendo em conta os aspectos fundamentais de seu modo de produção, como *feudal-escravista* é que se deve definir tanto o engenho, como todo o período colonial da sociedade brasileira³¹.

Para Alberto Passos, precisamente essas formas específicas de organização da sociedade colonial, assim entendidas como um "retrocesso histórico", possibilitariam a consolidação do domínio da metrópole, pois, em se tratando de sociedade essencialmente nobiliárquica, estruturada pela concentração e pela exploração dos vastos domínios rurais, como resistência às forças progressivas do capital mercantil e da manufatura, estariam limitadas as possibilidades de desenvolvimento da vida material da sociedade colonial. Tudo se passa como se as resistências feudais aos progressos constitutivos da formação do capitalismo fossem transferidas para o espaço colonial, ou seja, a colonização possibilitaria a compatibilidade entre as formas arcaicas (na colônia) e as formas mais modernas (na metrópole) — e essa distinção, porquanto explicasse a precariedade material na colônia, possibilitaria, de modo funcional, o domínio metropolitano. Assim, articulam-se os dois espaços — metrópole e colônia — mas as mazelas da colônia seriam atribuídas às resistências nobiliárquicas da aristocracia local, bem mais do que aos mecanismos da exploração mercantil.

Fora do engenho, nas fazendas circunvizinhas ou vicentinas e sulinas, outras formas de vida emergiam, sobretudo no vácuo legado pela impossibilidade do domínio absoluto de os senhores se estenderem sobre

³⁰ Observemos apenas que aqui haveria de estar implícita a consideração do tráfico como negócio mercantil, mas parece não haver referência a respeito.

³¹ GUIMARÃES, Alberto Passos, *Quatro séculos de latifúndio*. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981:64 (grifos nossos).

terras tão vastas. Na vastidão das fazendas, onde o poder dos senhores quase desaparecia, surgia uma forma de vida mais livre ou, no caso do centro-sul, propriedades menores, mais acessíveis ao homem pobre; articulavam-se nexos de um mercado interno. Pois nessas regiões das fazendas surgiriam forças renovadoras mais democráticas, que animariam os movimentos pela independência e, posteriormente, pela industrialização. Alberto Passos e Werneck Sodré chegam, assim, a conclusões tão parecidas quanto imagens refletidas e, naturalmente, invertidas, num espelho: um vê a expressão mais nítida do feudalismo onde o outro vê escravismo mercantil; ao mesmo tempo em que vê o germe da reação ao feudalismo, onde o segundo vê a sedimentação das relações feudais!

Werneck Sodré criticou a idéia da transferência das instituições metropolitanas para a colônia, como uma forma parcial de compreender a realidade colonial, restrita à esfera das relações jurídicas. Mais ainda, considerando a impossibilidade de valorização econômica das novas terras pela simples posse, posto que lhe faltava o substrato do trabalho, confere justamente ao trabalho a centralidade na montagem da colonização.

Não é difícil concluir que tal legislação trazia evidentes marcas feudais. Nem poderia ser de outra maneira, uma vez que a classe dominante em Portugal, na época, era a dos senhores feudais. Não há coincidência, também, no fato de que surgem novos pontos de vista quando estudiosos tomam em consideração os fatos e não as leis, regulamentos e cartas régias. A legislação foi uma coisa; a realidade foi outra coisa. Do exame da realidade — como a colonização aconteceu, e não como foi planejada — é que derivam as teses novas, de regime capitalista ou de regime escravista, declinando a de regime feudal. (...) Assim, a conclusão a que leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo de produção escravista. (...) Como problema fundamental, é o trabalho que vai caracterizar a exploração colonial. A coroa doava a terra. Era generosa nessa doação. Mas não doava o escravo. O escravo fazia parte do investimento inicial. Valia mais que a terra; muito mais, pois que a terra nada valia. A riqueza do senhor media-se muito mais pelo número de escravos do que pela extensão da propriedade, embora houvesse uma relação entre um e outro desses fatores. Mais preciosa para o senhor era a propriedade do escravo do que a da terra. Esta era abundante e praticamente gratuita. O escravo só podia ser obtido por compra, e não era barato. Ter ou não ter escravos era a questão fundamental. Aquele que

não os tivesse, por mais extensas que fossem as suas terras, nada tinha. O prestígio do senhor media-se por uma só unidade: o escravo. A supremacia do trabalho sobre tudo o mais impunha-se, inexoravelmente³².

Trabalho comprado, por suposto. Por isso, Werneck faria recorrer-se a referências ao problema do investimento inicial da empresa da colonização, em tudo oneroso, reconstituindo de modo detalhado a história da presença do capital mercantil holandês na economia portuguesa, então em declínio. Nessa perspectiva, a terra, sem o investimento inicial e sem o escravo, seria de pouca valia e não despertaria qualquer interesse. Desse modo, a colonização estaria distante da transferência de uma classe aristocrática, para reproduzir nos trópicos suas formas arcaicas de vida. Caio Prado, acrescentando observações sobre o caráter alodial pleno da propriedade, apresentara anteriormente a mesma linha de argumentação:

(...) no Brasil-Colônia, a simples propriedade da terra, independente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda, nada significa. Nisto se distingue a nossa formação da Europa medieval saída da invasão dos bárbaros. Lá, encontraram os conquistadores descidos do Norte, uma população relativamente densa e estável que já se dedicava a agricultura como único meio de subsistência. O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim *direta e unicamente* da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. Aqui, não. A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu³³.

Considerações finais

Como observou Lígia Osório, uma consideração sobre os diferentes modos de compreender os vínculos entre a dimensão sistêmica mer-

³² SODRÉ, Nelson Werneck, *Formação histórica do Brasil*. 9ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976:81-82 e 71.

³³ PRADO JÚNIOR, Caio, *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1971:18.

cantil da colonização e as estruturas específicas constitutivas da sociedade colonial deve ser uma chave de leitura fundamental para o estudo das interpretações da colônia²⁴. Com efeito, uma leitura crítica das interpretações de Werneck Sodré e Alberto Passos permite perscrutar muitas das dificuldades implicadas nessa tarefa.

Essencialmente, pensamos que uma crítica cuidadosa às interpretações desses autores deveria reavaliar, procurando qualificar certas críticas recorrentes a um suposto "esquematismo". Por certo, as contribuições de Werneck Sodré e de Alberto Passos não podem ser reduzidas à mera transposição mecânica de modelos teóricos preconcebidos, formulados a partir de realidades distintas e estranhos à realidade brasileira. O problema parece exigir outras mediações.

De um lado, em certos casos, o pensamento brasileiro, sob diferentes pontos de observação, inclinou-se à centralidade da dimensão das "estruturas internas" e, seja para referir-se à fragmentação do poder, seja para referir-se a uma "economia fechada", chegou a valer-se do termo "feudalismo". De outro lado, havemos de contextualizar as interpretações em tela à luz do desenvolvimento no tratamento das categorias básicas do materialismo histórico, especialmente o conceito de *modo de produção* e, em particular, de *feudalismo*. Com isso, pretendemos sugerir que os problemas das teses em tela dizem menos respeito a um dito "esquematismo" do que às dificuldades de articular de modo orgânico a dupla dimensão da sociedade colonial — a dimensão sistêmica mercantil e a dimensão das relações escravistas — postas por um arcabouço conceitual restritivo. Em síntese, o problema parece residir na dificuldade de apreensão da totalidade histórica, posta por um conceito de modo de produção que ora se identifica exclusivamente com a dimensão das relações de produção, ora se restringe ao "regime de propriedade". Com isso, perde-se a totalidade — e, muitas vezes, o sentido do movimento histórico concreto termina por ser situado em dimensões exteriores ao próprio modo de produção proposto.

Alberto Passos, privilegiando o "regime de propriedade" como fundamento do modo de produção na colônia, ultrapassa, em certa medida,

²⁴ SILVA, Lúcia Osório, "Feudalismo, capital mercantil e colonização". MORAES, João Quartim de e DEL ROIO, Marcos, (orgs.), *História do marxismo no Brasil* (4 vols.), vol. IV: *Visões do Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

o mero economicismo e as concepções que se restringem à dimensão das relações de produção. No entanto, sendo esse regime também realidade parcial, isolada do conjunto, o problema se repõe tão logo se volta o olhar para a realidade concreta. Por isso a necessidade de recorrer às formas híbridas, ao *feudal-escravista*, ao *semifeudal*, que tanto embaraço causaram. Werneck Sodré também não resolve o problema, pois, ao circunscrever a apreensão do modo de produção à dimensão das relações de produção, como elemento separado da totalidade, promove uma cisão definitiva entre dois níveis da análise, relativos a dimensões mais estruturais ou mais concretas, ou seja, trata-se de uma caracterização do modo de produção que abstrai suas determinações concretas em favor de conceitos mais abstratos, situados na esfera das relações de produção que identificam, por fim, realidades sociais reproduzidas em diferentes épocas ou espaços, em distintos contextos históricos. O conceito estabelecido em nível estrutural, formulado em abstrato, à maneira das filosofias da história, aparece em paralelo ao nível do movimento histórico concreto, sem que se possam apreender as mediações entre os dois níveis. Assim, as duas dimensões da sociedade colonial, acima citadas, relativas à acumulação primitiva e ao "escravismo puro e simples", aparecem apartadas na análise, sem que se possa transitar de um nível a outro, ou apreender suas determinações recíprocas. Mesmo no tratamento do feudalismo pastoril, que em nível mais imediato aparece apartado do espaço propriamente mercantil, o problema persiste. Como demonstrou Caio Prado, a própria dispersão da vida colonial fora do organismo exportador poderia ser explicada à luz do sentido da colonização — a gênese da economia pastoril como resíduo da grande lavoura exportadora. Enfim, a consideração isolada das relações de produção e a decorrente separação entre os dois níveis de realidade caracterizam o movimento da interpretação e permitem compreender o movimento da sociedade colonial como parte constitutiva da dinâmica européia e, ao mesmo tempo, elaborar considerações sobre o modo de produção edificado na colônia. Mas o movimento da sociedade colonial não poderia ser apreendido a partir da dinâmica de um modo de produção relativamente autônomo, pois, nessa interpretação, o modo de produção não é compreendido como totalidade concreta.

O problema apresenta-se paradoxal, quando se define, aqui, a categoria "modo de produção" pelos elementos comuns que identificam as

mais variadas formações sociais: o escravismo "clássico", o feudalismo medieval, o "escravismo" e o "feudalismo" das colônias modernas. Se estamos diante de modos de produção que essencialmente se identificam, o que poderia explicar o sentido histórico específico dessas formações, em tudo o mais distintas, senão, portanto, dimensões exteriores ao que se caracterizou como "modo de produção"? Nesse caso, corre-se o risco de perder-se o próprio materialismo. Marx considerou as formações pré-capitalistas em discurso retrospectivo, partindo do capitalismo plenamente constituído como a única forma de reprodução da vida social, fundada sobre relações de dominação estritamente econômicas, em que a esfera econômica adquire uma relativa autonomia.

Marx não discute estes aspectos da servidão nem as contradições internas da escravidão porque, nas FORMEM, não é seu propósito esboçar 'história econômica' de qualquer das duas. Na verdade, como sempre — embora aqui de um modo mais geral — não está preocupado com a dinâmica interna dos sistemas pré-capitalistas, exceto na medida em que explicam as condições prévias do capitalismo¹¹.

Nas formações pré-capitalistas, a dominação edifica-se sobre as formas de coerção extra-econômica, seja na esfera das relações familiares, jurídicas, políticas, religiosas, etc. Aqui, essas esferas extra-econômicas não funcionam como pressupostos externos de uma infra-estrutura, e menos como suas manifestações exteriores, epifenômenos. Ao contrário, compõem suas determinações estruturais, constituindo o seu nexo interno em articulações concretas e, portanto, históricas. Assim, as formações pré-capitalistas apenas podem ser compreendidas nos marcos de sua totalidade, com o que se pode apreender o sentido mais profundo de produção, como "produção da vida". No plano das construções históricas concretas, em suas infinitas possibilidades, as relações de produção são, como diz Eric Hobsbawm, inventadas e reinventadas, e somente em conexão com a totalidade histórica concreta, em seu movimento prospectivo, se pode apreender seu sentido histórico. Esse historiador atenta para o fato de as "relações sociais básicas, necessariamente limitadas em número, serem 'inventadas' e 'reinventadas' pelos

¹¹ H O B S B A W M, Eric, "Introdução" a M A R X, Karl, *Formações econômicas...*, op. cit., p. 43.

homens em numerosas ocasiões e de todos os modos de produção monetários (exceto, talvez, o capitalismo) serem complexos feitos de toda espécie de combinação delas"³⁶.

Referências bibliográficas

- CARDOSO, Ciro Flamarion *et alii*, *Modos de producción en América Latina*. 2ª edição, Córdoba: Pasado y Presente, 1974.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel, *O capitalismo tardio*. 9ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CARONE, Edgar, *O PCB*, 3 vols., São Paulo: Difel, 1982.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da, *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. São Paulo: FAPESP, 2002.
- DOBB, Maurice, *A evolução do capitalismo*. 9ª Edição, Trad. Manuel Braga. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- FERNANDES, Florestan, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FREYRE, Gilberto, *Casa-grande & senzala* — Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 41ª edição, São Paulo: Record, 2000.
- FURTADO, Celso, *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- GORENDER, Jacob, *O escravismo colonial*. 6ª edição, São Paulo: Ática, 1992.
- _____. *A burguesia brasileira*. 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. "Do pecado original ao desastre de 1964", in D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, 1989.
- GUIMARÃES, Alberto Passos, *Quatro séculos de latifúndio*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBBSBAWM, Eric, "Introdução". MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2ª edição, Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- D'HONDT, Jaques, *Ideologia de la ruptura*. Trad. Esteban Inciarte. Ciudad de México: Premia, 1983.
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.), *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NOVAIS, Fernando, "Caio Prado Jr. na historiografia brasileira". MORAES, Reginaldo *et alii* (orgs.), *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

³⁶ Ibidem, pp. 58-59.

- NOVAIS, Fernando, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª edição, São Paulo: Hucitec, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio, *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1971.
- _____, *Formação do Brasil contemporâneo*. 11ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1971.
- _____, *A revolução brasileira*, 6ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1978.
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda, *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SEGATTO, José Antonio, *Breve história do PCB*, 2ª edição, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- SILVA, Lúgia Osório, "Feudalismo, capital mercantil, colonização". QUARTIM de MORAES, João e ROIO, Marcos Del (orgs.), *História do Marxismo no Brasil* (4 vols.), vol IV: *Visões do Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- SILVA, Marcos (org.), *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____, *História da Burguesia Brasileira*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____, *Brasil: radiografia de um modelo*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____, *Formação Histórica do Brasil*. 9ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____, *Introdução à revolução brasileira*. 4ª edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- _____, *Síntese de história da cultura brasileira*. 13ª edição, São Paulo: Difel, 1985.
- _____, *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1987.
- _____, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- SWEETZ, Paul et alii, *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*. Trad. Isabel Didonnet. 4ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VIANNA, Oliveira, *Instituições políticas brasileiras*, 2 vols. Niterói: EDUFF, 1987.
- VEIRA, Carlos Alberto Cordovano, "Interpretações da colônia: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista". Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-UNICAMP, 2004.
- ZAIDAN FILHO, Michel, *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo, Vértice, 1988.
- _____, *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo, Global, 1985.